



---

**pág. 26**

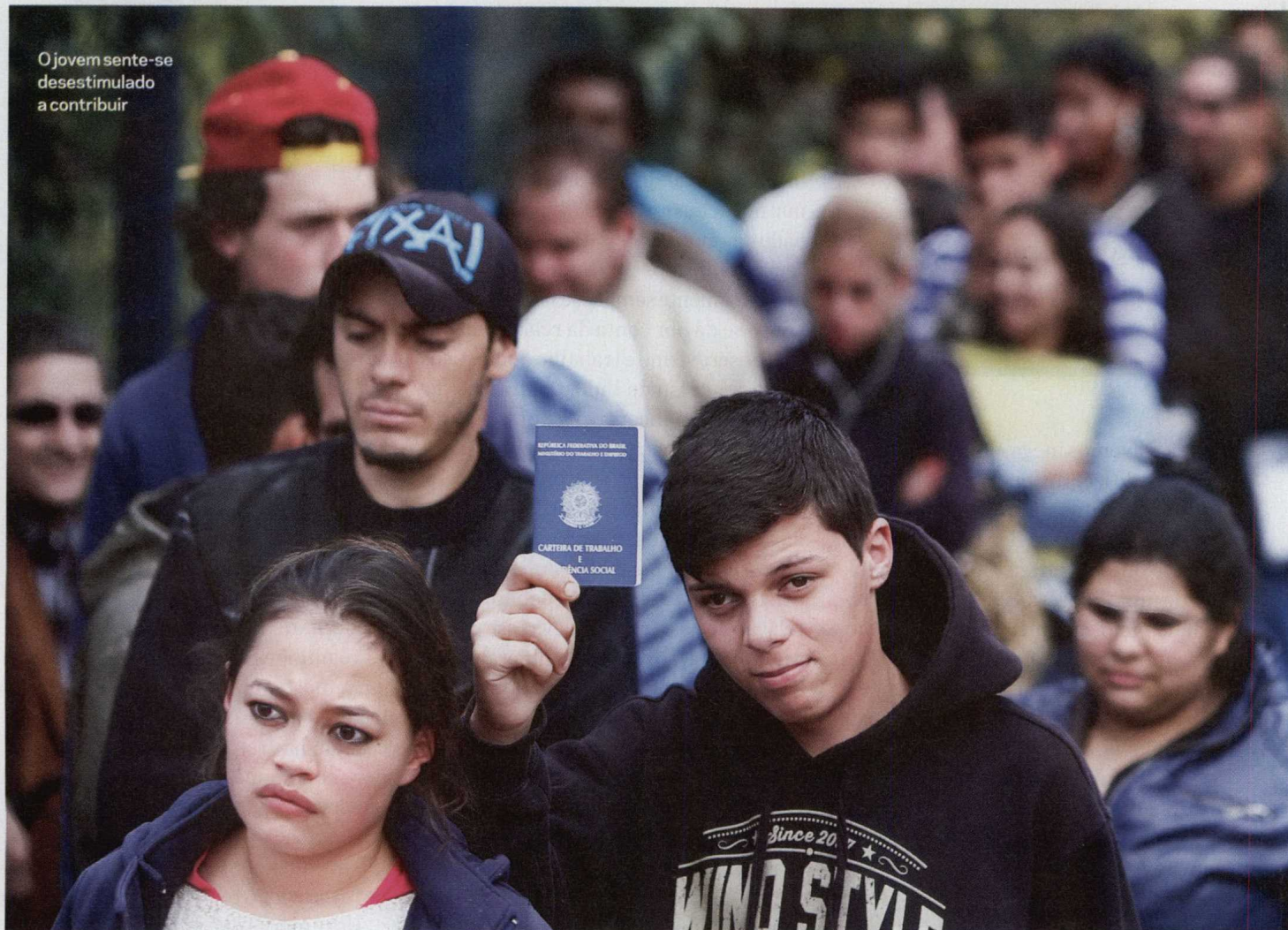
**Previdência** O setor também  
sofrerá com a terceirização

---

## Seu País

DANIELA RIBEIRO

O jovem sente-se  
desestimulado  
a contribuir



## Combinação explosiva

**TRABALHO** A terceirização e a mudança nas regras da aposentadoria ameaçam a sobrevivência da Previdência Social

POR RODRIGO MARTINS\*

Quando a barca neoliberal aporta em terras brasileiras, o trabalhador é convertido em uma espécie de Geni, alvo das pedradas retóricas de quem enxerga o custo da mão de obra como um obstáculo ao crescimento econômico. Ao defender a imposição de uma idade mínima para a aposentadoria, objetivo malgrado durante seu governo, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso chamou de “vagabundos” aqueles que se aposentavam mais cedo. Novos atores, velho discurso. Primeiro relator da reforma da Previdência na Câmara, o deputado federal Alceu Moreira, do PMDB, reeditou FHC ao afirmar, em dezembro passado, que o “tempo da vagabundização acabou”.

RODOLFO BUHRER/LA IMAGEM/FOTOGARENA E OMAR TORRES/AFP

A redução da massa salarial e a **elevada rotatividade** dos subcontratados devem afetar a **arrecadação previdenciária**

No México, apenas 23% dos idosos estão cobertos



Confrontada com a reforma trabalhista pretendida pelo governo de Michel Temer, a acusação mostra-se falaciosa. Além de aprovar a terceirização irrestrita, que precariza ainda mais as relações de trabalho no Brasil, o governo pretende flexibilizar as negociações coletivas de modo a permitir jornadas de até 14 horas por dia, sem a obrigatoriedade do pagamento de horas extras (*leia mais à pág. 22*). Ao tentar esgotar a força de trabalho brasileira até o limite de suas capacidades, o governo parece querer substituir supostos vagabundos por escravos modernos.

Os terceirizados recebem salários 24,7% menores do que aqueles dos efetivos, permanecem no emprego pela metade do tempo, além de enfrentar jornadas

maiores, atesta um dossiê da Central Única dos Trabalhadores preparado por técnicos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), com dados de 2013. Os processos trabalhistas não deixam dúvidas sobre a precarização dos subcontratados, mais vulneráveis a acidentes laborais, a calotes dos empregadores e a condições degradantes de trabalho.

**A despeito dos insistentes** alertas de especialistas, procuradores e juizes do Trabalho, Michel Temer não esconde a intenção de sancionar o projeto recém-aprovado pela Câmara, que libera a subcontratação de mão de obra para todas as atividades de uma empresa. A iniciativa tende,

porém, a comprometer a arrecadação previdenciária, exatamente no momento em que o governo federal propõe uma draconiana reforma do setor, com a justificativa de domar o déficit projetado com base no envelhecimento da população.

“Por si só, a reforma da Previdência já tem um componente que vai levar a uma retração enorme das receitas. Os jovens sentem-se desmotivados para contribuir. O trabalhador rural não tem condições de pagar todo mês o seu carnê da Previdência, por não ter renda contínua para isso. Dado o marketing negativo sobre a previdência pública, as camadas de mais alta renda tendem a buscar aposentadorias privadas”, afirma Eduardo Fagnani, professor do Instituto de Economia

## Seu País

da **Universidade Estadual de Campinas**. Não por acaso, a captação líquida dos fundos de previdência privada cresceu 20% em 2016, segundo a Fenaprevi, que congrega empresas do setor.

Embora o governo argumente que os terceirizados continuarão com os direitos assegurados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), são previstos dois fenômenos que levarão ao rebaixamento da massa salarial e à redução das contribuições previdenciárias. O primeiro é a demissão de grande contingente de trabalhadores para a futura recontração por empresas terceirizadas, com salários e benefícios reduzidos, explica Fagnani, um dos organizadores do livro *Previdência: Reformar para excluir?*, editado pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais (Anfip), em parceria com o Dieese.

**Não é tudo. Muitos** empregados podem se ver forçados a se converter em microempreendedores individuais ou abrir pequenas empresas. “Nesses casos, a alíquota de contribuição é menor, e ele tende a colaborar pelo valor mínimo”, diz Fagnani. “Há uma tendência de ocorrer um rebaixamento de até 25% dos salários. Apenas o assalariado com carteira assinada costuma contribuir para a Previdência, e a terceirização vai quebrar essa espinha dorsal. É uma combinação explosiva.”

Outra armadilha é a elevada rotatividade da mão de obra subcontratada. Segundo um estudo do Dieese, os trabalhadores de setores tipicamente terceirizados permanecem no emprego por, em média, 2,7 anos. Os funcionários contratados diretamente, sem intermediários, ficam por 5,8 anos, mais do que o dobro. “Difícilmente o terceirizado vai conseguir se aposentar”, alerta Ângelo Fabiano Farias da Costa, presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho. “Pela proposta do governo, só terá direito a algum benefício quem contribuir por 25 anos. É preciso considerar, porém, que esse trabalhador viverá

diversos períodos de desemprego. Portanto, esse período de contribuição pode representar, na verdade, 35, 40 anos de serviço, dentro e fora do sistema formal.”

Para justificar a elevação do período de contribuição e da idade mínima para a aposentadoria, a equipe econômica de Temer apresenta catastróficas e suspeitas projeções de déficit no setor, lastreadas no processo de envelhecimento da população. Quase sempre evocam-se os modelos de países desenvolvidos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mas desconsideram-se as condições socioeconômicas radicalmente distintas.

Ao nascer, o brasileiro tem uma expectativa de vida de 75 anos, muito abaixo dos 81,2 anos, em média, dos países da OCDE. Para minimizar tal discrepância, o governo costuma alegar que um grande contingente de brasileiros não chega à velhice em razão da mortalidade infantil e das jovens vidas perdidas para a violência. De fato, quando se considera a esperança de vida de quem chegou aos 65 anos (*tabela à pág. 28*), a disparidade é menor. Mesmo assim, o brasileiro tem alguns anos a menos na comparação com os europeus e norte-americanos. Além disso, a média nacional desconsidera a forte desigualdade socioterritorial, como se paulistanos e

### AINDA DISTANTE DAS NAÇÕES DESENVOLVIDAS

Esperança de vida da população aos 20 e 65 anos de idade\*

	20 ANOS		65 ANOS	
	2005-2010	2095-2100	2005-2010	2095-2100
Brasil	75,1	88,7	82,6	90,6
Argentina	76,8	88,1	82,2	89,7
Chile	79,5	91,8	83,9	92,9
México	78,2	90,3	83,2	91,6
Estados Unidos	79,0	89,0	83,9	90,5
Alemanha	80,3	91,4	83,9	92,3
Portugal	79,3	91,5	83,3	92,5
Itália	82,0	93,4	84,9	94,1
Suécia	81,5	91,9	84,4	92,7

### MENOS DE UM TERÇO DOS BRASILEIROS CONTRIBUI

Cobertura da população em idade ativa e dos aposentados (em %)\*

	CONTRIBUINTES SOBRE A POPULAÇÃO DE 15 A 64 ANOS	COBERTURA DA POPULAÇÃO APOSENTADA		
		TOTAL	CONTRIBUTIVOS	NÃO CONTRIBUTIVOS
Brasil	31,4	86,3	50,0	36,3
Argentina	35,7	90,7	63,6	27,1
Chile	40,4	74,5	29,5	45,0
México	25,1	25,2	3,0	22,2
Estados Unidos	78,5	92,5	87,6	4,9
Alemanha	59,9	100,0	-	-
Portugal	58,6	100,0	-	-
Itália	58,2	81,1	75,1	6,0
Suécia	92,8	100,0	52,0	48,0

\*Fonte: OIT (2015) | Ipea



A população chilena começa a perceber o engodo neoliberal

sertanejos nordestinos tivessem as mesmas condições de vida e longevidade.

Além disso, é um equívoco dizer que praticamente todos os países da OCDE possuem 65 anos de idade mínima para aposentadoria. Na maioria dos casos, trabalha-se com outro conceito, o de idade de referência. Na Itália, para citar um exemplo, a idade de referência para a aposentadoria dos homens é de 66 anos e, para as mulheres, é de 62 anos. Isso não significa que os italianos não possam receber benefícios previdenciários antes disso, desde que tenham contribuído por 15 anos e estejam dispostos a receber um valor menor.

**Com idade de referência** superior a 65 anos, Portugal, Suécia e Estados Unidos permitem a aposentadoria a partir dos 57, 61 e 62 anos de idade, respectivamente. “Estamos criando regras mais rígidas do que as de nações com uma expectativa e uma qualidade de vida superiores às nossas. Outro aspecto pouco discutido é que o Brasil tem uma densidade de contribuições muito menor, por conta da elevada rotatividade do trabalho e do grande número de trabalhadores rurais, autônomos

## Se investisse na formalização do trabalho, boa parte do déficit projetado desapareceria

e domésticos”, afirma Milko Matijascic, doutor em Economia pela **Unicamp** e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

No Brasil, 20,5% da população trabalha por conta própria e 4,6% dedica-se a alguma forma de economia familiar, índices muito superiores ao de nações desenvolvidas. Esse fenômeno, associado à elevada informalidade do mercado de trabalho nativo, faz com que apenas 31,4% da população em idade ativa (15 a 64 anos) contribua para a Previdência Social. Nos países desenvolvidos, o percentual é quase o dobro (*gráfico à pág. 28*).

Os dados são da Organização Internacional do Trabalho, e foram compilados por Matijascic em um texto para discussão

do Ipea, publicado em abril de 2016. “Se o Brasil lançasse mão de um programa de formalização do emprego, boa parte do déficit projetado para o futuro deixaria de existir. Caminhamos, porém, no sentido contrário. A terceirização pode implicar multiplicação dos microempreendedores e dos empregos provisórios.” O texto aprovado pela Câmara estica o período do trabalho temporário dos atuais três meses para seis meses.

Entre os “exitosos” modelos empurrados ao Brasil pelos neoliberais figura o do Chile. Em 1981, durante a ditadura de Augusto Pinochet, o governo desse país decidiu privatizar a previdência. Adotou-se um sistema de capitalização individual, no qual os trabalhadores recebem com base no que contribuíram ao longo da vida. Os fundos são gerenciados por empresas privadas, que usam os recursos para fazer aplicações financeiras. Atualmente, 91% da população chilena recebe uma aposentadoria inferior a 760 reais, segundo recente reportagem do jornal *El País*. Poupados da reforma de Pinochet, muitos militares ostentam benefícios superiores a 20 mil reais.

Antes de a população chilena perceber o engodo neoliberal e sair às ruas contra o sistema, o modelo privatista foi replicado por diversas nações da América Latina. Principal laboratório das medidas propostas pelo Consenso de Washington para “estimular o crescimento na América Latina”, o México colhe até hoje os efeitos danosos da opção feita em 1997. Com um elevado grau de informalidade no mercado de trabalho, a maioria da população economicamente ativa não contribui para o sistema, que oferece um benefício médio de 4 mil pesos mexicanos (cerca de 640 reais) aos trabalhadores do setor privado. Resultado: apenas 23% dos cidadãos com mais de 65 anos estão cobertos pela previdência. O restante depende da caridade ou de programas sociais de alcance limitado. •

\*Colaborou Miguel Martins.